cacionais Especiais, Integrar, Educação Inclusiva;

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o DECRETO N° 51.778 de 14 de Setembro de 2010, foi instituído o Programa Inclui que é subdividido em projetos, dentre eles se destaca o Projeto Formar, que visa o desenvolvimento em uma formação continuada para os profissionais da educação que já atuam nos serviços de educação especial e para os que já atuam nos na rede regular, com vista no aprimoramento das ações.

Dito isso, notamos que, a busca por conhecimento e informações é um meio eficaz de encarar os desafios que surgem no cotidiano das escolas regulares.

Tendo como base a Constituição Federal (1988), a LDB 9.394/96 e a Declaração de Salamanca (1994), serão expostos métodos e sugestões para os educadores e a gestão das escolas regulares que recebem os alunos com NEE.

Sendo assim espera-se que os alunos com NEE passem a ser de fato integrados no corpo discente da escola e através da autonomia sejam desenvolvidos em sua plenitude nos aspectos: físicos, psicológico, social e afetivo.

Temos em mente que a informação é o melhor caminho para quebrar paradigmas e erradicar o preconceito em relação aos alunos com NEE.

Na maioria dos casos o medo do desconhecido causa grandes transtornos e a busca pelo conhecimento e pela informação podem ser fundamentais para obter de fato a integração dos alunos com NEE na escola regular.

Sugerir campanhas de conscientização e apresentações de trabalhos dos alunos com necessidades educacionais especiais para a comunidade e tornar os professores cientes do impacto e da influência que causam sua postura, principalmente para os alunos que não têm necessidades educacionais especiais visto que conforme Anjos(2009), um dos sentimentos vivenciados pelos professores é o de impotência diante das próprias limitações e limitações sociais, frustrações sofridas, que geram um sentimento de não realização.

Mantoan (1997) acredita que não são os especialistas nem os métodos mais exclusivos e sofisticados que garantirão aos alunos com déficits mentais a possibilidade de se integrarem à escola regular, mas um esforço efetivo, visando capacitar os professores para trabalhar com as diferenças, a diversidade, nas suas salas de aula.

Em outras palavras, entendemos que a melhoria da qualidade de ensino e a adoção de princípios educacionais democráticos são fundamentais.

Segundo Martins Fontes(2004), Vygotsky(1998) faz necessário considerar não só a quantidade das interações, mas a qualidade das mesmas tendo em vista que os alunos com deficiência intelectual precisam de um apoio mais direcionado, pois apresentam dificuldades em acionar seus próprios recursos cognitivos com os educandos de sua faixa etária.

Assim, acredita-se que redimensionar essas interações no sentido de alcan-

çar a melhor participação destes alunos nas atividades propostas. Constitui fator essencial para a inclusão dos educandos.

2. OBJETIVO

Este trabalho tem por objetivo conscientizar o corpo docente, gestão escolar, os alunos e a comunidade sobre o quanto é importante aceitar que todos somos diferentes e que cada um tem um tipo de limitação referente as situações da vida. E com a pesquisa de campo entender como os alunos com Necessidades Educacionais Especiais se sentem com o tratamento que recebem na escola e mostrar o quanto a interação interfere no processo de integração para a escola regular.

3. METODOLOGIA

A metodologia é embasada em pesquisas bibliográficas, onde as obras são de caráter reflexivo e que apresentam aspectos importantes sobre o tema.

Todavia, pelo fato deste projeto ser de característica exploratória e bibliográfica, os resultados esperados se encontram de forma subjetiva, levando a interpretação conforme a visão de quem o analisa.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1. MÉTODOS E SUGESTÕES PARA OS EDUCADORES E A GESTÃO DAS ESCOLAS REGULARES QUE RECEBEM OS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.

Levando em consideração que a integração dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais- deficiência intelectual só será de fato bem sucedida se houver o preparo psicológico que lidam diretamente com os alunos, ou seja a gestão e o corpo docente da escola.

O Ministério da Educação- MEC disponibiliza gratuitamente em seu endereço eletrônico, documentos como o Parâmetro Curricular Nacional: Adaptações Curriculares. Estratégias para a educação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais e Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica que tem como objetivo amparar os gestores e educadores das escolas regulares.

Os métodos apresentados a seguir foram embasados nesses documentos, porém não podemos esquecer que quando se trata de crianças estamos falando de seres humanos, portanto não existem “receitas prontas”, apenas informações amparadas na lei vigente, em obras literárias sobre o assunto e na realidade escolar. Cabe aos membros da escola adaptar os conhecimentos adquiridos de acordo com a realidade e desafios que enfrentam na escola.

Deve ser considerado que as atividades propostas pelo professor devem ser realizadas com flexibilidade e criatividade, pois a integração de alunos com deficiência intelectual na escola regular é justamente lidar com o novo e o imprevisível. Nesse processo é imprescindível que o professor tenha a gestão da escola como parceira, focando, discutindo e explorando o potencial dos alunos, ou seja, pensando sempre em desafios novos que o possibilitem aprender. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) estabelece diversas mudanças no âmbito escolar, dentre elas, as

adaptação curriculares que ocorrem em três níveis, são eles: projeto pedagógico, currículo real e nível individual.

Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2003) a interação entre alunos- anos e alunos- professor deve ser incentivada, pois, o sócio- construtivismo Mallory e New

(1994) diz que essa interação social possibilita ao aluno com Necessidades Educacionais Especiais- deficiência intelectual a garantia e necessidade de exercer seu direito de participar, ser autônomo e ativo na escola e na vida em sociedade. Portanto, sugere-se que os alunos sejam agrupados para realizar as atividades em grupos, facilitando a comunicação entre eles e favorecendo as relações interpessoais.

O MEC (2003) diz que a sociedade atual ainda têm bastante dificuldade para lidar com a diversidade humana, por esse motivo é válido que a gestão, o corpo docente e os membros da escola realizem palestras, rodas de conversa e eventos em que os pais dos alunos com deficiência intelectual possam e os próprios alunos estejam a frente da comunidade para dividir suas ansiedades e experiências, possibilitando á todos um novo olhar sobre a diversidade humana.

Segundo a LDB 9.394-1996 os alunos com NEE- deficiência intelectual têm direito ao apoio especializado, tendo em vista esse fato sugere-se que os membros da escola regular tenha parceria com a profissional do atendimento especializado, para que exista a troca de informações, relatos e experiências sobre o alunos com NEE, e a partir daí possibilitar que ambos conheçam melhor esse aluno.

A autora Mantoan (1997) diz que quando se trata de alunos com deficiência intelectual todos os membros da escola regular e do apoio especializado devem praticar o diálogo, fazendo com que os alunos se sintam á vontade e a ação pedagógica se torne eficaz e complementar.

4.2. PRINCIPAIS ESPECIFICIDADES DAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.

Podemos dizer que, o uso da expressão Necessidades Educacionais Especiais, entrou em evidência a partir de discussões em Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada em Salamanca, na Espanha em 1994, onde foi elaborado um documento mundialmente significativo, na qual foram levantados aspectos inovadores para a reforma de políticas e sistemas educacionais, “Declaração de Salamanca”.

Seu objetivo é informar sobre políticas e ações governamentais, de organizações internacionais, agências nacionais de auxilio, organizações não governamentais e outras instituições na sua implementação sobre práticas, políticas e princípios em Educação Especial.

Nas últimas décadas, o conceito de Necessidades Educacionais Especiais, teve que ser ampliado para incluir crianças que não estejam se beneficiando com a escola e por não apresentarem elevada capacidade ou dificuldade de aprendizagem.

Não são necessariamente portadores de deficiências, mas sim alunos que

apresentem dificuldades temporárias ou permanentes, que estejam repetindo continuamente os anos escolares, que trabalhem para ajudar no sustento da família mesmo forçados, que vivem nas ruas, crianças que moram distante das escolas que estudam, as que vivem em condições de extrema pobreza e até desnutridas, as que são vítimas de guerra e conflitos armados, as abusadas fisicamente, emocionalmente e até sexualmente, crianças que estão fora da escola por qualquer motivo que seja e que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas.

Essa concepção se tornou extremamente abrangente, provocando a aproximação do ensino regular ao especial.

A expressão resgata o seu caráter de funcionalidade, ou seja, o que o aluno requer do sistema educativo frequentando a escola, deixando de pensar nas dificuldades específicas dos alunos individualmente e passa a mostrar o que a escola pode fazer para dar respostas às suas necessidades de um modo geral.

A princípio o objetivo principal é que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível indiferente das dificuldades que elas possam ter.

Dentre as necessidades educacionais especiais, destaca se a Deficiência Intelectual que no passado já foi tida de várias outras nomeações como retardo mental, excepcional, retardado, deficiente entre outros.

É uma das deficiências mais encontrada em crianças e adolescentes, atingindo 1% da população jovem.

Consiste na redução do desenvolvimento mais lento cognitivo (QI), com o desenvolvimento mais lento da fala, no neuropsicomotor, e, em outras habilidades.

Normalmente é diagnosticado por grupos de fatores biomédicos, etiológicos, comportamentais, sociais e educacionais, com causas desconhecidas de 30% a 50% dos casos, podendo ser genéticas, cognitivas ou adquiridas.

Dentre as Deficiências Intelectuais mais conhecidas, podemos destacar a Síndrome de Down, Síndrome Alcoólica fetal, Síndrome Neurocutâneas, Síndrome de Rett, Síndrome do x – frágil e Autismo.

A tendência nos últimos tempos é promover integração, participação e o combate à exclusão, para que com a educação inclusiva, os alunos com necessidades educacionais especiais descubram sua dignidade humana e aprendem a desfrutar dos direitos humanos, exercendo sua cidadania.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que a integração de alunos com Necessidades Educaionais Especiais na educação regular, é um grande desafio que vem de longas datas. Este artigo busca sintetizar e oferecer métodos para que os educadores possam refletir sobre: como esse aluno se sente e quais desafios ele enfrenta. Constatamos através do estudo de caso, que a realidade desse processo não é fácil, porém é possível e através de pequenas adaptações.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases 9.9394/1996, o acesso á escola é um direito de todos e a omissão desse

direito é a maneira mais desumana de ferir uma criança, pois, todos devem ter igualdades de oportunidades. O site do Ministério da Educação disponibiliza em sites, diretrizes para dar embasamento aos profissionais da educação.

O que vai determinar a eficácia desse processo de integração é a parceria entre a escola, comunidade, família e a busca pelo conhecer e adaptar os desafios á realidade escolar, fazer a reflexão e articular a teoria com a prática pedagógica. Como exemplo dessa teoria apresentada, foi realizada a vivência em uma escola regular.

Os nomes dos envolvidos serão fictícios, para preservar a identidade dos mesmos.

Em fevereiro de 2016, foi iniciado o estudo de caso na EMEF Donato Susumu Kimura, localizada em uma área periférica de São Paulo, em uma sala do 4° ano do Ensino Fundamental com o total de 30 alunos com idades entre 9 e 10 anos, dentre eles duas crianças com NEE- deficiência intelectual, ambas pertencentes a mesma escola desde o 1 º ano, portanto, alunas familiarizadas no espaço escolar. Marcela segundo o laudo tem Autismo e a Heloisa, Síndrome de Down. Desde os primeiros contatos Heloisa chegava na sala, sentava (isolada dos demais), pegava um caderno e uma caneta, e como se estive--se concentrada no que estava fazendo começava a escrever e assim ficava por um longo período.

A Marcela não sentava de maneira alguma, sempre dando voltas pela sala e dando gritos olhando para sua própria mão, tal atitude não incomodava os alunos, e nem a professora, pois, tal comportamento era frequente. Durante dias, Marcela evitava qualquer tentativa de aproximação.

A aproximação com a Heloisa era mais tranquila, pois a mesma continuava muito concentrada com sua caneta e caderno, ao consultar o caderno da mesma, foi constatado que só havia desenho de bolas pequenas, muitas bolas pequenas.

Figura 1- Caderno da Heloisa antes da intervenção.

Fonte: EMEF Donato Susumu Kimura



Ao trocar informações com a professora foi observado que a Heloisa por ser menos eufórica, estava sendo deixada de lado e com a ajuda das estagiárias em conjunto com a professora para de fato integrá- lá na escola. Enquanto isso, a Marcela continuava com o mesmo comportamento.

Após muita reflexão foi iniciada a procura de apoio didático, materiais e contato com a família das alunas.

Com a coleta das informações foi descoberto que ambas gostavam de

música. Heloisa se mostrava concentrada, demos inicio ao trabalho com as letras moveis. Notamos um outro desafio, os alunos não aceitavam a Heloisa, mesmo sendo meiga, as outras crianças não aceitavam a Heloisa, e após muita sondagem com as crianças para saber o motivo da rejeição ouvimos comentários como ”não gosto do olho dela”,

“não quero ela perto de mim”, “ela é estranha não gosto de ver ela rindo”, durante as aulas e as brincadeiras a Heloisa em um cantos quase sempre sozinha, um ou outro se aproximava dela somente quando a professora pedia. O trabalho iniciado com o objetivo de erradicar essa situação foi começar com rodas de conversa uma vez por semana sobre o bullying, com os passar das semanas, todas as crianças se adaptaram e passaram a gostar dos dias que tinham a roda de conversa. O surpreendente foi que durante esses dias a Marcela passou a ouvir os colegas nos momentos de desabafos e os alunos se mostraram mais calmos após o inicio desse trabalho e o trabalho pedagógico com a Marcela e a Heloisa passou a ser possível.

Figura 2- Assuntos abordados durante as rodas de conversa.

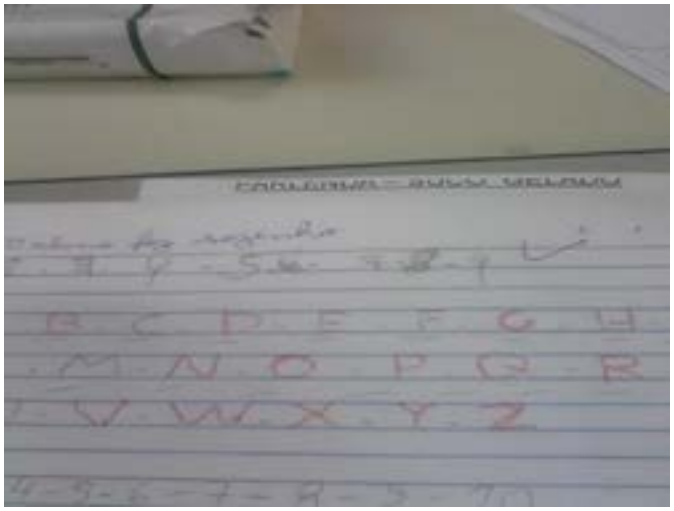
Fonte: EMEF Donato Susumu Kimura



Com a Heloisa as atividades desenvolvidas foram: o alfabeto, o nome dela, as formas geométricas, as cores, os números. Essas atividades foram apresentadas de maneira dinâmicas, sempre com materiais simples (ex: tapinha de garrafa, papelão,copo descartável, palito, garrafas, pet, canudos.). As aulas foram realizadas de acordo com horário da turma e os materiais eram utilizados por todos os alunos.

Figura 3- Caderno da Heloisa depois da intervenção.

Fonte: EMEF Donato Susumu Kimura



O comportamento da Marcela melhorou bastante, ela se tornou menos eufórica e ja ouvia alguns comandos, como por exemplo, o de chegar na sala e sentar em um lugar. Em relação á interação com os colegas a Marcela era bem aceita por eles. As atividades pedagógicas com ela eram parcialmente diferenciadas, pois, a aluna se concentrava no máximo por 5 minutos em cada atividade proposta, portanto, as atividades eram propostas utilizando materiais como: massinha, monta-monta, pintura com guache, pontilhado, formas geométricas e música. Em duas

semanas ela já escrevia o primeiro nome e a sequência numérica de zero a nove.

Figura 4- Materiais utilizados com as atividades da Marcela.

Fonte: EMEF Donato Susumu Kimura



A interação aluno- aluno e professor- aluno é de extrema importância, pois, embora se comuniquem de várias maneiras as duas alunas tem bastante dificuldade com a fala e esse contato com o outro desafia elas a querer essa comunicação, despertando o interesse por falar.

Durante esses quatro meses, todas as dificuldades que surgiam eram discutidas em equipe, para que em consenso fosse decidido o melhor para todos os envolvidos. Com a ajuda dos membros da escola e dois pais foi possível preparar as atividades que atendiam e respeitavam as especificidades das alunas, o grupo aprendeu a conviver com as diversidades que possuíam na sala de aula.

REFERÊNCIAS

MANTOAN, MARIA TERESA EGLÉR. A integração de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema – São Paulo, 1997

VYGOTSKY.A formação social da Mente. São Paulo: MARTINS FONTES. (2009)

ANJOS,H.P;ANDRADE,E.P;PEREIRA,M.R. A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: O processo de Constituição de um discurso. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, V.4, N.40, P.116-129, 2009.

Tédde, Samantha. T254c Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão / Samantha Tédde. – Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012. 99 f.

LINKS:

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEF, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/ SEF/ SEESP, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf.

Tédde, Samantha. T254c Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão / Samantha Tédde. – Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012. 99 f. Disponível em:http://unisal.br/wpcontent/uploads/2013/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Samantha -T%C3%A9dde.pdf.